

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 90
31/03/06 - 07/04/06**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck e Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável).

Brasil deverá notificar China sobre salvaguardas

O secretário de Comércio Exterior brasileiro, Armando Meziat informou que o governo brasileiro deverá notificar a China até o dia 07 de abril sobre os produtos que poderão sofrer salvaguardas por excesso de importação. Os chineses terão dez dias para informar se farão consultas sobre o comércio dos produtos listados. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 31/03/06).

Brasileiros e europeus discutiram determinação da OMC sobre açúcar

Delegados brasileiros e europeus reuniram-se em Bruxelas para tratar da decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre licenças europeias para exportação de açúcar, no dia 29 de março. O tema refere-se a uma disputa vencida pelo Brasil na OMC que obrigou a União Européia (UE) a reduzir os subsídios garantidos à produção e exportação do produto. Na ocasião ficou comprovado que os europeus licenciavam um volume de exportação de açúcar maior do que o permitido depreciando o valor do produto no mercado internacional e prejudicando as exportações brasileiras. No encontro decidiu-se que a UE interromperá a emissão de licenças a todos os seus produtores até 2007, quando retomará a prática obedecendo ao limite fixado pela OMC. (O Estado de S. Paulo – Economia – 31/03/06).

Amorim participou de reunião entre Brasil, Índia e África do Sul

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, participou da III Reunião da Comissão Trilateral do Fórum Brasil, Índia e África do Sul, no dia 30



de março. Na reunião ficou acertada a realização de uma cúpula entre chefes de Estado e de governo dos três países para incrementar as relações comerciais, que será realizada em Brasília, em setembro. Amorim comentou, na ocasião, a intenção de se criar uma área de livre comércio entre Mercosul, Índia e Sacu (União Aduaneira que reúne África do Sul, Namíbia, Lesoto e Suazilândia). Um grupo de trabalho para discutir os termos do acordo deverá ser criado em breve. (O Globo – Economia – 31/03/06).

Itamaraty condenou ato terrorista que matou brasileira na Palestina

O Itamaraty condenou "com veemência" o atentado terrorista ocorrido no dia 30 de março e que matou a brasileira Helena Halevy, seu marido e mais dois israelenses. O atentado foi provocado por um homem-bomba palestino, na entrada do assentamento Kedumim, no norte da Cisjordânia. Após o ocorrido, o embaixador do Brasil em Israel, Sérgio Moreira Lima, pôs-se à disposição da família e enviou uma carta oficial para a chancelaria de Israel cobrando explicações sobre o incidente, já que Helena é a quarta brasileira morta por atentados. (Folha de S. Paulo – Mundo – 01/04/06; Folha de S. Paulo – Mundo – 02/04/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/04/06; O Globo – Mundo – 01/04/06).

Conferência da ONU sobre biodiversidade chegou ao fim

Encerrou-se no dia 31 de março a 8ª Conferência das Partes (COP-8) da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (CDB), realizada em Curitiba. Os países concordaram em criar um grupo de trabalho para definir o regime de Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios (ABS, sigla em inglês) nos próximos quatro anos. A intenção é combater a biopirataria e de reconhecer os conhecimentos tradicionais associados a esses recursos, de modo que as populações indígenas e ribeirinhas possam participar dos benefícios de sua exploração. Decisões sobre temas como a criação de um fundo para financiar pesquisas de novas espécies e o estabelecimento de moratória para avanços da biotecnologia sobre florestas transgênicas foram adiadas para o próximo encontro, que ocorrerá na Alemanha, em 2008. A delegação brasileira comemorou os resultados da reunião tais como o consenso dos países para a formulação de um regime de acesso e repartição de benefícios, a proibição do cultivo de árvores transgênicas – pinus e eucalipto – e da utilização de sementes transgênicas estéreis. (Folha de S. Paulo – Ciência – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Vida& – 01/04/06; O Globo – Ciência – 01/04/06).

Encontro no Rio de Janeiro tentou avançar negociações da Rodada Doha

Entre os dias 31 de março e 02 de abril, realizou-se no Rio de Janeiro um encontro "informal" entre o Brasil, a União Européia (UE) e os Estados Unidos, com a finalidade de discutir o destino da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). A reunião contou com a observação do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim representou o G-20 nas negociações, durante as quais defendeu maior liberalização do comércio agrícola mundial e sofreu pressões por uma maior abertura do mercado de serviços e de bens industriais. O dia 31 de março foi marcado por encontros bilaterais de Amorim com o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, com o secretário de Comércio dos EUA, Robert Portman, e com o diretor-geral da OMC. Após o encontro com Mandelson, Amorim ressaltou o desinteresse da UE em um acordo com o Mercosul. Durante a reunião entre os três negociadores, no dia 01 de abril, ficou decidido apenas que os diplomatas e técnicos deverão se preocupar, nas próximas semanas, em Genebra, com a discussão de temas secundários da abertura de mercado industrial, dos subsídios domésticos a agropecuaristas e do corte das tarifas agrícolas. Em declaração após o encerramento dos encontros, Amorim declarou que o diálogo em busca de uma solução para o pleito brasileiro de redução de subsídios agrícolas dos países desenvolvidos "se mantém vivo". O ministro brasileiro também ressaltou que a vinda de representantes dos Estados Unidos e União Européia ao Brasil mostrou que "há empenho de todos (nas negociações) e o País tem papel vital no processo". (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 31/03/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 31/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/04/06; O Globo – Economia – 31/03/06; O Globo – Economia – 01/04/06; O Globo – Economia – 02/04/06).

Diretor da Unctad fez recomendações ao Brasil quanto à OMC

Em uma reunião para tratar de assuntos comerciais, o diretor da Conferência da Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Supachai Panitchpakdi, recomendou ao presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, e ao candidato à presidência Geraldo Alckmin que o governo brasileiro não deve usar as eleições presidenciais como motivo para não flexibilizar sua posição nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). As eleições brasileiras ocorrerão no segundo semestre desse ano. Há alguns dias, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, reconheceu que seria melhor apressar as negociações no começo do ano para que o processo avance o máximo possível antes das eleições. No entanto, o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, recusa a idéia de que a União Européia (UE) tenha que flexibilizar sua



posição antes do próximo semestre por causa das eleições no Brasil e nos EUA. Sapuchai também aconselhou o Brasil a reformular suas estratégias e encorajar produções alternativas, como a de produtos orgânicos, frente ao grande número de barreiras fixadas pelos países ricos contra os produtos dos países emergentes com base em medidas sanitárias e ambientais. (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/04/06).

Americanos defenderam seu padrão de TV digital

Empresários norte-americanos do Fórum ATSC enviaram uma carta aos ministros brasileiros da Casa Civil, Dilma Rousseff, do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, das Relações Exteriores, Celso Amorim e das Comunicações, Hélio Costa, garantindo que seu padrão de TV digital, o ATSC, traria com maior facilidade uma fábrica de semicondutores para o Brasil. O Brasil, que iria decidir no mês passado qual padrão de TV digital adotar, adiou sua definição e agora enfrenta pressões dos americanos, da União Européia (UE) e dos japoneses. No dias 09 e 10 de abril, Hélio Costa e Dilma Rousseff visitarão o Japão e a Coréia do Sul a fim de certificar as vantagens do padrão japonês, além de negociar contrapartidas com o governo e empresas locais. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/04/06; O Globo – Economia – 04/04/06).

OMC divulgou estudo sobre o Mercosul

Desde a criação do Mercosul, em 1996, a Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciou um estudo para avaliar se seriam necessárias mudanças no bloco para que este não violasse leis internacionais ou discriminasse países de fora do acordo. Dez anos depois, a organização divulgou o resultado parcial do estudo, que concluiu que o estabelecimento do bloco não provocou desvios de comércio. A entidade ainda destacou que, em geral, as preferências entre os signatários do acordo, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, não representaram discriminação em relação a produtos de fora do bloco. Para ser encerrado, o documento da OMC ainda precisa preparar mais relatórios, com os comentários que os vários países fizeram sobre o Mercosul. (O Estado de S. Paulo – Economia – 04/04/06).

Morales veio ao Brasil e tentou resolver impasse com a Petrobrás

O presidente boliviano, Evo Morales, encontrou-se com executivos da estatal de petróleo do Brasil, Petrobrás, e autoridades do governo brasileiro durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ocorrida de 03 a 05 de abril, em Belo Horizonte, para discutir a regulamentação da nacionalização das reservas de gás boliviano. O governo da Bolívia aprovou a lei de nacionalização em 2005, mas até agora não esclareceu qual o tipo de contrato



será estabelecido com as empresas que exploram o gás boliviano. Como a lei prevê a transferência à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPFB) do controle sobre os campos de petróleo e gás do país, a estatal brasileira teme que as petroleiras que lá atuam deixem de ser concessionárias de exploração e produção e passem a ser meras prestadoras de serviços, hipótese que pareceu ter se tornado mais provável nas últimas semanas. Durante o encontro, Morales afirmou que o interesse de seu país é encontrar meios de "exercer o direito de propriedade sobre os recursos naturais nacionais", mas que não irá expropriar nem confiscar o direito de propriedade das empresas estrangeiras e suas indústrias. O assessor especial do Itamaraty para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, por sua vez, disse que nem o governo, nem a Petrobrás se opõem à nacionalização das reservas bolivianas e que o governo acredita que o problema deveria ser resolvido entre as duas estatais e os Ministérios de Energia dos dois países, sem que houvesse comprometimento das relações bilaterais. Na semana passada, o ministro boliviano dos Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Radas, disse que não haveria aumento das exportações de gás caso não existisse reajuste de preços. Além disso, ele defendeu o aumento da tributação do gás vendido ao Brasil e acusou a Petrobrás de agir de forma imperialista em seu país. O presidente da estatal brasileira, José Sérgio Gabrielli, evitou falar em retaliação, mas garantiu que medidas adequadas serão tomadas para garantir os interesses dos acionistas refutando a possibilidade da Petrobrás tornar-se prestadora de serviço no país andino. Autoridades bolivianas deverão visitar o Brasil na próxima semana para tentar fechar um acordo em relação ao entrave na questão da exploração do gás. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 31/03/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 31/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/04/06; O Globo – Economia – 01/04/06; O Globo – Economia – 03/04/04; O Globo – Economia – 04/04/06).

EUA elogiaram o Brasil em medidas de combate à pirataria

No dia 31 de março, o Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR, na sigla em inglês) elogiou as medidas sustentadas pelo governo do Brasil no combate à pirataria, tais como o aumento das ações policiais e a elaboração de métodos em âmbito nacional de combate à pirataria. A declaração foi feita por ocasião da publicação do informe estadunidense sobre barreiras comerciais de outros países aos serviços e produtos feitos nos EUA, que afirmou que o país teve um prejuízo de US\$ 858,5 milhões no Brasil em 2005 por causa da pirataria. Outras queixas referiram-se à proibição de importação de roupas, automóveis, maquinários e equipamento médicos usados, à restrição de 30%, ao máximo, da participação de empresas estrangeiras na mídia do país e aos limites impostos ao capital

estrangeiro em setores de serviços (bancário, de transportes internos e de propriedade de terras junto às fronteiras nacionais, por exemplo) impostos pelo Brasil. Os EUA, no entanto, não anunciaram retaliações. (O Globo – Economia – 01/04/06).

OCDE disse que Brasil deve incluir mais jovens no sistema educacional

Por ocasião da Conferência Global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para o Financiamento das Pequenas e Médias Empresas, em Brasília, o secretário-geral-adjunto do órgão, Herwig Scholögl, disse que o Brasil deve copiar a Índia e a China e inserir mais jovens no sistema educacional especializado. A medida, segundo o secretário, garantiria mão-de-obra qualificada no futuro e manteria um ritmo de crescimento considerável. Scholögl também declarou que a Rodada Doha de liberalização comercial deve ser concluída antes que os países façam acordos bilaterais de comércio e que os governos dos países em desenvolvimento devem melhorar suas instituições e fortalecer o microcrédito, a fim de impulsionar a economia de seus países. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/04/06).

Brasil e BID firmaram convênios durante reunião anual

Concluiu-se, no dia 05 de abril, a 47ª Reunião Anual da Assembléia dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, iniciada no dia 03 de abril. Ficou decidido que a instituição flexibilizará as regras para financiamento ao setor privado e promoverá parcerias público-privadas (PPPs). A decisão visa eliminar a ociosidade do banco junto ao setor, para o qual libera apenas um terço da verba destinada. A proposta de perdão da dívida dos cinco países mais pobres da região (Guiana, Honduras, Bolívia, Haiti e Nicarágua), junto ao banco – que gira em torno de 3,5 bilhões de dólares – foi um dos temas mais discutidos durante o encontro. Ficou aprovada a criação de um comitê, que será presidido pelo ministro do Planejamento brasileiro, Paulo Bernardo, para estudar o tema. A decisão final sobre a proposta deverá ser definida apenas na próxima reunião anual que acontecerá em Honduras, em 2007. Durante o evento, o Ministério de Planejamento do Brasil assinou com o banco um protocolo de intenções para empréstimos em reais, o que elimina os riscos das variações cambiais para o tomador dos recursos. A aprovação do documento ainda dependerá da decisão da diretoria executiva do órgão. Assim, o valor do convênio do Procidades foi anunciado em dólares, cerca de US\$ 450 milhões, que será destinado à projetos de infra-estrutura urbanística, lixo, água, transporte e saneamento em municípios de médio e grande porte. Durante as reuniões ainda foi feito um comunicado conjunto entre o BID e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) sobre um possível convênio entre ambos para financiar investimentos da iniciativa privada em infra-estrutura e na indústria de insumos básicos. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/04/06; Folha de S. Paulo –



Dinheiro – 06/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 03/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 06/04/06; O Globo – Economia – 03/04/04; O Globo – Economia – 04/04/06 O Globo – Economia – 06/04/04).

Rússia suspendeu veto a carne do Rio Grande do Sul

A Rússia anunciou, no dia 03 de abril, a suspensão do embargo que havia imposto à carne proveniente do Estado do Rio Grande do Sul em dezembro de 2005, por conta da ocorrência de focos de febre aftosa no Estado do Paraná. O comunicado de Moscou coincidiu com a visita ao Brasil do primeiro-ministro russo, Mikhail Fradkov, que reuniu-se com autoridades do governo brasileiro, no dia 04, para negociar o fim do embargo a outros sete Estados brasileiros (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Minas Gerais). (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/04/06).

Chefe da Scotland Yard será inocentado das acusações no caso de Jean Charles

O prefeito de Londres, Ken Livingstone, anunciou em uma entrevista que o chefe da polícia inglesa Scotland Yard, Ian Blair, será "completamente inocentado" pela comissão independente que investiga a morte do brasileiro Jean Charles de Menezes, morto em julho de 2005 por oficiais da polícia londrina ao ser confundido com um terrorista. Blair é acusado de forjar relatórios que comprovavam que a polícia já sabia que havia se enganado logo após o crime. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/04/06).

Mercosul quer concluir acordo com Israel até julho

O Mercosul quer concluir um acordo de livre comércio com Israel até julho de 2006. Para isso, nas próximas duas semanas, o bloco formulará listas de produtos que entrariam em uma primeira fase de liberalização e as apresentarão aos israelenses. O comércio bilateral é relativamente pequeno. Em 2005, as trocas entre Brasil e a economia israelense foi de apenas US\$ 731 milhões. O maior obstáculo para as negociações deverá ser o setor agrícola, uma vez que os israelenses defendem o protecionismo. (O Estado de S. Paulo – Economia – 04/04/06).

EUA declararam terem desmantelado esquema de envio de dinheiro a grupos terroristas



A promotoria de Nova York, nos Estados Unidos, anunciou a desarticulação de uma rede de transferência financeira na região da Tríplice Fronteira existente entre Brasil, Argentina e Paraguai, pela qual teriam sido enviados 3 bilhões de dólares a grupos terroristas do Oriente Médio. Segundo o jornal americano *The New York Post*, o dinheiro provinha de drogas e outras atividades ilegais e era repassado para o Oriente Médio por intermédio de um banco americano por meio de uma empresa sediada em Montevidéu, Uruguai. O governo brasileiro declarou não ter recebido muitas informações do governo dos Estados Unidos sobre o caso. (Folha de S. Paulo – Mundo – 05/04/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/04/06).

Mantega recebeu diretor do FMI

O ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, recebeu o diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Anoop Singh, em Brasília, no dia 05 de abril. Durante o encontro, Mantega e Singh discutiram a pauta da reunião de primavera do FMI, que acontecerá nos dias 22 e 23 de abril, em Washington. Após a reunião, Singh viajou a São Paulo para participar da versão latino-americana do Fórum Econômico Mundial. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/04/06).

São Paulo sediou Fórum Econômico Mundial latino-americano

Teve início em São Paulo, no dia 04 de abril, a versão latino-americana do Fórum Econômico Mundial. O evento, que contou com a participação de 250 líderes globais e regionais, teve como objetivo discutir e promover o crescimento da economia regional. O grande foco dos debates, contudo, foi a China e sua posição no cenário mundial. Sobre o país asiático, foram discutidas formas de enfrentar a crescente escalada de seu mercado, e o crescimento de sua participação na exportação global. O embaixador brasileiro em Washington, Roberto Abdenur, em discurso no evento, sustentou que a China será destino inevitável para algumas indústrias brasileiras que queiram sobreviver à concorrência do país asiático e desqualificou a visão “romantizada” sobre aquele país. Na abertura do evento, o secretário geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza defendeu que os países latino-americanos devem combater a corrupção para melhorarem a qualidade de seus governos. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/04/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/04/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/04/06).

Itamaraty não acatou proposta de Ministério da Fazenda brasileiro

O Itamaraty rejeitou proposta do Ministério da Fazenda para que o país seja menos defensivo nas negociações internacionais para a abertura do setor de

serviços. O Ministério da Fazenda acredita que o país poderia obter ganhos abrindo setores em que é mais competitivo como o de profissionais de engenharia e arquitetura. O Itamaraty, contudo, levou em conta os interesses em áreas como agricultura para manter a posição em negociações junto a Organização Mundial do Comércio. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/04/06).

EUA indicaram que poderão negociar cotas de importação

Em reunião entre negociadores dos EUA, do Brasil, da União Européia, da Austrália, do Japão e da Índia, os norte-americanos indicaram que estão dispostos a rever as cotas que usarão para a importação de produtos sensíveis. A proposta americana, mesmo não abarcando toda a demanda do Brasil, foi bem recebida pelo Itamaraty que consultará os setores privados do país para saber o quanto estes poderão flexibilizar seus interesses e ceder para que o acordo possa efetivar-se. A proposta americana trata de apenas um dos pontos que estão sendo discutidos pelos países em prol da efetivação da Rodada Doha de desenvolvimento e liberalização comercial da Organização Mundial do Comércio. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/04/06).